

Para juristas, Decreto é inconstitucional

Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — Juristas e políticos condenaram ontem o Decreto 99.199, assinado na última sexta-feira pelo Presidente Fernando Collor. Para o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filgueiras Cavalcante, matéria orçamentária não pode ser objeto de Medida Provisória. Ao editar o Decreto 99.199, o Governo buscou o amparo no parágrafo 3º do Artigo 27 da Medida Provisória 150, considerado inconstitucional pela OAB.

Mesmo considerando inconstitucional a Medida Provisória 150, Ophir Cavalcante lembrou que o Decreto do Presidente será considerado legal enquanto não for declarada a sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

O tributarista Ives Gandra Martins também considera o Decreto inconstitucional. Na sua opinião, o Decreto fere a Constituição em seu artigo 167, inciso 6º.

— A Constituição diz nesse ponto que são vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa — afirmou o tributarista, assinalando que tal transferência só poderia ocorrer mediante autorização do Congresso.

Já o jurista Celso Bastos, especialista em Direito Constitucional, apesar de reconhecer que não se pode remanejar recursos orçamentários por decreto, não condenou de todo o decreto 99.199. Celso entende que o decreto se fez necessário para evitar situações administrativas graves, mas desaprova o seu uso. Para ele,



Os líderes José Ignácio e Renan Calheiros chegam ao Ministério da Fazenda

seria mais correto e aconselhável que a Medida Provisória relativa à extinção dos órgãos já dispusesse de uma norma de natureza financeira dispondo sobre a transferência de recursos.

— Espero que não ocorra a sua padronização para futuros comportamentos, pois o procedimento não é realmente recomendável — alertou o jurista.

O relator da Medida Provisória 151, que prevê a extinção de empresas, fundações e autarquias públicas, Senador Cid Sabóia Carvalho (PMDB-CE), não esconde sua preocupação com as consequências do Decreto.

— Estamos paralisando muitos órgãos antes de um estudo mais profundo. As Medidas Provisórias foram pouco pensadas e trouxeram um impacto social muito grande.

O Senador entende que o Congresso deveria ter um tempo maior para

analisar com profundidade o impacto econômico e social gerado pela extinção de órgãos, já que a decisão significa a demissão de cerca de 35 mil funcionários.

O Senador reclama ainda que o Governo tem dificultado as negociações, querendo sempre impor suas decisões.

Não há clima para diálogo. O Governo não flexionou. Até o momento não recebemos qualquer sinal neste sentido dos Líderes Renan Calheiros e José Ignácio — disse o Senador.

Ele acrescentou que o Governo deverá tentar uma estratégia de pedir a votação preferencial das Medidas Provisórias, o que prejudicaria a apreciação de emendas e dos projetos de conversão. Se esta manobra passar, o plenário vota os textos das Medidas sem alteração e, posteriormente, aprecia as emendas e os projetos dos relatores.